

**As Estatísticas no I Reinado:
o caso da “Comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil”**

Rafael de Almeida Daltro Bosisio *

Resumo: A “Comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil”, criada por decreto de 25 de novembro de 1829, foi a primeira instituição brasileira a ter como função organizar a Estatística do Império brasileiro. Apesar de ter sido estruturada para um fim importante, voltada para melhorar a administração do Império, a comissão durou apenas um ano e oito meses e produziu poucos dados estatísticos. No intuito de compreender o papel dessa comissão e o porquê de seu desaparecimento, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo central traçar um pequeno panorama da Estatística no Primeiro Reinado, traçando uma trajetória daquela instituição. A primeira parte compreende uma breve introdução sobre a importância da Estatística para a administração de um país, com enfoque na sua racionalidade instrumental. A segunda esboça a trajetória da Estatística durante o Primeiro Reinado, enfatizando o papel da Comissão de Estatística da Corte. E, por fim, uma pequena conclusão, que não esgota o assunto, deixando-o em aberto para futuras investigações.

Palavras-chaves: Administração, Império e Estatística.

**The Statistics in the First Empire of Brazil:
the case of "Committee for Geographical and Natural, Political and Civil Statistics"**

Abstract: The "Committee for Geographical and Natural, Political and Civil Statistics ", created by the Decree of November 25, 1829, was the first Brazilian institution to play the role of organizing the statistics of the Brazilian Empire. Despite having been introduced to improve the administration of the Empire, the committee lasted only one year and eight months and produced few statistics. In order to understand the function of this Committee and the reason of its disappearance, the work presented here aims to establish a small overview of the statistics during the First Empire of Brazil, tracing the path of that institution. The first part includes a brief introduction about the importance of Statistics for the administration of a country, focusing on instrumental rationality. The second outlines the history of Statistics during the First Empire of Brazil, emphasizing the role of the Committee. Finally, a short conclusion about the Statistics in the First Empire of Brazil.

Key-Words: Administration, Empire and Statistics.

INTRODUÇÃO

Os Estados sempre perceberam a importância das estatísticas. A idéia de quantificar em números a população, as riquezas, os recursos tinha como finalidade dois objetivos: a guerra, com vistas ao recrutamento; e a administração, tendo como fim a tributação. No contexto dos Estados nacionais, entendidos como organizações de natureza política que atuam sobre um território levantado, demarcado e controlado, sustentado pelo monopólio legítimo da violência, passa a ser necessária, para seu funcionamento, a estruturação de uma administração regular e eficiente, com funcionários hierarquizados e especializados, quais elaboram registros diversos, que pretendem dar significado à idéia coletiva de nação (ANDERSON, 2005). Os números das estatísticas, mesmo na sua

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador vinculado ao Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão.

heterogeneidade, almejam construir a imagem completa da nação: diminuem as distâncias entre as regiões de um país, levando ao conhecimento dos governantes realidades diversas, tornando-as mais próximas, dando a impressão de um conhecimento total e real do território nacional. A partir do conhecimento dos dados estatísticos através de levantamento prévio, os governantes podem traçar um diagnóstico do país, tornando possível refletir sobre quais medidas devem ser adotadas com o fim de beneficiar a administração da nação. Assim, as estatísticas possibilitam um maior controle do país (território, recursos, pessoas etc.) por parte do governo central, transformando-se em um instrumento de controle e poder.

Esse novo poder, fruto das transformações ocorridas no final do século XVIII e início do século XIX na teoria clássica da soberania (FOUCAULT, 1999: 286), está fundado e se exerce em dois pólos de atuação simultânea: o das disciplinas e o das regulações. O corpo do indivíduo passa a ser disciplinado como uma máquina de trabalho, voltada para a produtividade e utilidade. Aliada a essa tecnologia disciplinar do trabalho, surge uma nova, dirigida às massas afetadas por um conjunto de processos – como nascimentos, mortes, longevidade, saúde (doenças), instrução etc. –, chamada por Foucault de “biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 1999: 289).

Logo surgem as primeiras medições estatísticas destes processos, com as primeiras demografias com quantificação da natalidade, da morbidade e da longevidade. A “biopolítica” introduziu a noção de população, passando a tratar não mais de um corpo individual, mas sim de um coletivo, transformando-o em um problema político, científico, biológico e de poder. A análise daqueles fenômenos também transformou o caráter da medicina, outrora individual, em coletivo, introduzindo a idéia de higiene pública – um novo mecanismo de controle do Estado. Outro elemento introduzido foram os fenômenos em série, ou seja, acontecimentos aleatórios que ocorrem em uma dada população considerada em sua duração. Por último, mas não menos importante, a “biopolítica” introduziu elementos reguladores diversos, com a função de estabelecer um equilíbrio de forças na sociedade.

O Estado, apoiado na Economia Política¹, assume o controle total sobre os indivíduos, através da informação estatística, transformando-os em números mensuráveis e manipuláveis. O número, dessa forma, assume o lugar do objeto (nesse caso a população), tornando-se uma das funções fundamentais do conhecimento humano, uma etapa importante e necessária no processo de *objetificação* da própria sociedade, em outras palavras, o número passa a ser um instrumento para a descoberta da natureza e da realidade social (CASSIRER, 1994: 342-355). Nesse sentido, as estatísticas, como tecnologia do governo, fornecem dados para a otimização da administração e, conseqüentemente, um maior domínio do governo sobre a sociedade.

¹ Economia política: ciência que trata da produção, da distribuição e do consumo da riqueza. LITTRÉ, Émile. *Le dictionnaire de la langue française*. Disponível em: <<http://littre.reverso.net/dictionnaire-francais>>. Acesso em: 3 out. 2008. A Economia Política tem como marco fundador o livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e surgiu atrelada aos princípios da fisiocracia francesa e da aritmética política inglesa.

O PRIMEIRO REINADO E AS ESTATÍSTICAS

Desde antes da Independência e no decorrer do século XIX, a ausência de estatísticas sempre se apresentou como um entrave para o desenvolvimento da administração do Brasil na sua completude. Com o foco no Primeiro Reinado, vejamos um pouco como essa questão se fez explícita.

Após 1822 e ao longo do Primeiro Reinado, o governo brasileiro parecia entender a relevância das estatísticas para a administração do então recém-nascido Império. Entretanto, nesse primeiro momento, apresentava-se o problema da consolidação da Independência como uma questão mais urgente; pois, enquanto no plano interno havia o conflito entre as províncias e o poder centralizado, representado pela figura do Imperador, d. Pedro I, no plano externo, os diplomatas brasileiros se esforçavam para obter o reconhecimento diplomático da nova nação ante os demais países, principalmente os europeus.

Apesar de ter herdado algumas instituições do período joanino, ainda havia muito para ser estabelecido no Estado brasileiro. As fronteiras estavam mal demarcadas, o território ainda não estava centralizado em torno da noção de “Brasil” e as cidades e vilas tinham certa autonomia em relação ao Rio de Janeiro, entretanto, já existia – ainda que incipiente – uma idéia de *nação* (HOBBSAWN, 2004: 27-61). As pessoas que viviam no território brasileiro tinham a noção de pertencimento a uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2005: 21-77), ainda que fosse a idéia de comunidade apenas de súditos e não de súditos-cidadãos.

A criação de uma administração burocrático-racional é condição essencial para a formação de um Estado de dominação não pessoal ou carismática, em que cargo e encarregado estão absolutamente distinguidos (WEBER, 2004: 104). Desta forma, criaram-se novas instituições e reestruturaram-se as antigas, nos moldes da nova nação brasileira. Tais instituições nasceram (ou reestruturaram-se) sob o signo da instabilidade e da fragilidade – que tantas vezes se fez perceber pela efemeridade das mesmas. Contudo, a unidade territorial manteve-se – apesar do desmembramento, em 1828, da Província Cisplatina. José Murilo de Carvalho, contrariando a tese de que a manutenção da unidade do território brasileiro foi consequência somente do estabelecimento do regime monárquico como forma de governo, aponta que:

(...) a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracteriza sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. (...) A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política (CARVALHO, 2003:21).

Essa homogeneidade ideológica era estruturada através da socialização da elite do Primeiro Reinado (que se estendeu até meados do segundo), pelas vias da educação, da ocupação e da carreira

política. Cabe, então, destacar o papel da Universidade de Coimbra como instituição educacional de formação, treinamento e unificação ideológica de grande parte dessa elite.

Durante o Primeiro Reinado, com o Império sob o risco de fragmentação territorial, enfrentando convulsões políticas internas e complicadas negociações diplomáticas para o seu reconhecimento internacional, tendo ainda grande dificuldade financeira e instituições muito frágeis, a preocupação com a elaboração de estatísticas estava fora do eixo das questões mais urgentes. Mesmo assim, alguns membros da elite política e intelectual fizeram demandas de estatísticas, que ainda se revelavam impossíveis de se atender. Nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva, seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ambos fora do âmbito parlamentar; Francisco Vilela Barbosa, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco Gê Acaiaba de Montezuma foram homens que fizeram demandas de dados estatísticos diretamente ao Executivo, para melhor conhecer o novo Império e, conseqüentemente, melhor administrá-lo. Citado por Senra, o senador Francisco de Assis Mascarenhas, foi um desses homens, defendendo, na sessão inaugural da primeira legislatura do Senado, em 9 de maio de 1826, a formação de uma comissão de estatística, pois, segundo ele, elaborar estatísticas era “um dos maiores trabalhos (...) a fazer, e talvez o mais importante; porque sem termos a estatística, como conheceremos o Brasil?” (BRASIL: 1827b). As demandas, muitas vezes, eram exageradas e, normalmente, inatendíveis no estado em que o Brasil ainda se encontrava, pois exigiam legislação apropriada e boas condições orçamentárias.

As demandas de estatísticas feitas tanto na sessão inaugural da primeira legislatura da Assembleia Geral, quanto no Senado, englobavam diversos aspectos da administração. Na primeira casa, o então deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro dirigiu-se à mesa com a proposta de elaborar um ofício ao ministro dos Negócios do Império, na qual a Câmara pediria “informações circunstanciadas” sobre o estado atual e os inconvenientes observados no trabalho diário sobre os seguintes pontos: população, saúde pública, agricultura, minas, salinas, indústria fabril, comércio, obras públicas, casas de caridade, instrução pública e administração pública. O ministro dos Negócios do Império, José Joaquim Carneiro de Campos, que acumulava também a pasta dos Negócios da Justiça, negou tal pedido sem dar nenhuma explicação clara. Entretanto, levando-se em conta a inviabilidade de coligir essas informações naquele momento, é possível compreender a negativa, visto que não havia condições nem pessoas capacitadas para a execução de tamanha tarefa. Vergueiro insistiu, contudo, apontando que as informações desejadas eram da alçada do ministro dos Negócios do Império e, por isso, não as tinha encaminhado a outros ministros, justificando seu pedido com o argumento de que o corpo legislativo somente poderia atuar em conjunto com o executivo, se este lhe apresentasse “um mapa circunstanciado do estado de todos os negócios” (BRASIL: 1827a: 125-127).

No Senado do Império, as discussões também giravam em torno das demandas estatísticas. Na sessão inaugural da primeira legislatura, em 24 de maio de 1826, foi criada a comissão da estatística do Senado, à qual Vilela Barbosa se dirigiu para apresentar o inconcluso trabalho de que tinha sido encarregado pelo governo de Portugal quando chegara ao Brasil – *Estatística de uma província do*

Império (Elenco dos trabalhos e indagações que fazem o objeto da estatística de uma província do Império do Brasil). Ao comentar o trabalho, Vilela Barbosa explicou que dividiu tudo o que considerava objeto da estatística de uma província em duas partes – que iriam compor o nome da comissão criada em 1829: estatística geográfica e natural, de um lado; e estatística política e civil, de outro. Também reconheceu que o levantamento estatístico de uma província não era trabalho para um homem só, mas sim para muitos, que, por sua vez, fossem reconhecidos publicamente como detentores de amplos conhecimentos em áreas diversas. Na sua fala destacam-se o alinhamento de suas idéias com os ensinamentos da aritmética inglesa e sua percepção mecânica da produção de dados estatísticos, fatos que não são percebidos no discurso de outros senadores sobre o assunto.

Em seguida, o senador Mascarenhas, faz a seguinte indicação:

A comissão de estatística [do Senado] propõe que se officie ao governo para ordenar aos presidentes de todas as províncias, e ao intendente geral de polícia nesta, que remeta ao ministro e secretário de Estado do Império, para vir ao Senado e à comissão: a carta topográfica das respectivas províncias, marcadas as divisões, comarcas, termos, e paróquias, apensa a história animal, vegetal e mineral de cada uma; declarando-se os rios navegáveis, e que o podem ser; a altura, e direção das montanhas; as variações termométricas nas diferentes estações; os ventos gerais; a salubridade, ou insalubridade do clima; a importação e exportação anual; e os melhoramentos possíveis da agricultura, mineração, fábricas, comércio, estradas, pontes e navegações; quantos clínicos têm, assim de medicina, como de cirurgia; os conhecimentos e práticas da arte veterinária; a relação dos impostos e rendas públicas; o composto da receita e despesa da administração provincial e de suas dívidas ativas e passivas; o número de escolas públicas; o progresso da instrução da mocidade e da civilização dos selvagens; o tratamento usual dos escravos e o mapa da população com especificação de qualidades, sexos e idades, notando o crescimento, ou decrescimento, que tem havido (BRASIL, 1827a:142).

A indicação foi rapidamente aprovada. Porém, a demanda era exagerada e o senador, ciente disso, pediu apenas os dados estatísticos “possíveis” e que se elaborassem outros ainda não disponíveis, admitindo ser função da comissão de estatística do Senado apenas planejar e opinar sobre os dados enviados, e não a de se preocupar com a coleta e elaboração de trabalhos estatísticos. Mesmo que não se preocupassem com a viabilidade da demanda, estes homens conheciam a importância das estatísticas para a melhor governabilidade do país e para pôr a nova nação em marcha rumo ao progresso.

O Poder Executivo solicitava aos parlamentares uma legislação apropriada e condições orçamentárias para atender às demandas estatísticas, os quais, por sua vez, respondiam com a elaboração de leis, decretos e portarias. Em 8 de agosto de 1826, o Ministério dos Negócios do Império enviou aos presidentes de províncias o “elenco” de questões para a organização de trabalhos estatísticos, cabendo a eles a escolha dos “indivíduos mais hábeis da província” para a preparação de “tábuas estatísticas por um sistema uniforme” (BRASIL, 1881: 92)². De acordo com as demandas de deputados e senadores, o ministro dos Negócios do Império, José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro

² Decisão do Ministério do Império, n. 110, de 8 de agosto de 1826.

visconde de São Leopoldo, expediu um aviso aos presidentes das províncias, contendo tal deliberação; entretanto, o levantamento dos resultados alcançados revelou apenas informações escassas e dados insuficientes. Persistindo a dificuldade para coligir as informações necessárias para atender àquela demanda, já em 1829, o então ministro dos Negócios do Império, José Clemente Pereira, assinou o decreto de 25 de novembro (BRASIL, parte I, 1877: 324), criando uma “Comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil” na corte. A medida expressava um pouco da pressão exercida pelo Legislativo, em diferentes ocasiões desde 1826, pela criação de uma comissão de estatística e reconhecia a relevância de um órgão tal para o Império, “pelas vantagens que do seu exato conhecimento devem resultar para os trabalhos da Assembleia Geral Legislativa e para os atos do Poder Executivo”.

Foi nomeado como diretor da comissão o militar e político Joaquim de Oliveira Álvares, então ministro dos Negócios da Guerra (já tinha sido em outra ocasião, no 1º gabinete de 16 de janeiro de 1822); e, como adjuntos, José Saturnino da Costa Pereira, engenheiro militar, matemático e político; Conrado Jacob de Niemeyer, também engenheiro militar e matemático; Raimundo José da Cunha Matos, militar, político e historiador; e o secretário, José Maria da Silva Bittencourt, militar e político.

É interessante observar que todos – incluindo o secretário – eram militares de carreira e possuíam estudos matemáticos, sendo que quatro eram, também, políticos e dois eram engenheiros militares. A disciplina engenharia, naquele primeiro momento, estava vinculada ainda às escolas militares, inexistindo uma engenharia civil no Brasil. Daí, pensar uma associação entre a engenharia militar e a estatística torna-se interessante, pois disciplinas do campo da matemática, como aritmética, faziam parte das escolas militares de engenharia (tanto no Brasil quanto no exterior). Por outro lado, a presença de Raimundo José da Cunha Matos, historiador, futuro autor de corografias sobre regiões brasileiras, mostra que a história e a estatística estavam intimamente ligadas naquele momento, visto que os dados estatísticos de uma região revelavam também uma parte de sua história (da sua ocupação territorial, da sua população etc.). Por último, o fato de todos serem militares, formados na Europa pós-Iluminismo (dois dos membros formados em Matemática na Universidade de Coimbra, após as reformas pombalinas), conferia à comissão a credibilidade necessária para que fossem tidos como confiáveis os dados obtidos pela mensuração da população (livre e escrava) – para fins de recrutamento, eleições e recolhimento de impostos – e pelo levantamento dos recursos da nação e suas riquezas naturais. Assim, é possível dizer que a comissão não era formada por indivíduos que desconheciam completamente o assunto, mas sim por “especialistas”, homens que sabiam como coligir e utilizar os dados estatísticos, isto é, sabiam da importância da estatística para a administração do país. O texto do decreto admite que a estatística poderia trazer “vantagens” para a administração do Império. Tais “vantagens” estavam ligadas ao conhecimento mais amplo do território, das riquezas e da população do Império, pois, com esses dados, seria possível diagnosticar os problemas da administração imperial e saná-los com maior eficiência. Um conhecimento maior levaria a um controle mais eficiente, conseqüentemente, tornaria melhor a governabilidade do Império.

A importância da comissão pode ser percebida pelo fato de ter sido nomeado como seu diretor o próprio ministro dos Negócios da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, e de ter como espaço para suas atividades o edifício da Imperial Academia Militar do Rio de Janeiro, mesmo mantendo certo vínculo como o Ministério dos Negócios do Império (BRASIL, 1831: 11). Fazendo uma associação entre a demanda de estatística e a presença de militares nesta comissão, é possível compreender o aparecimento de *mapas gerais* da força efetiva do Exército nos relatórios do Ministério dos Negócios da Guerra concernentes ao Primeiro Reinado, em relação à ausência de quaisquer dados estatísticos nos relatórios dos outros ministérios nessa mesma época – donde se infere que a questão do recrutamento de indivíduos para o Exército ainda estava no cerne das preocupações da elite política imperial.

Nesse sentido, há o aviso de 14 de janeiro de 1830³, do ministro dos Negócios do Império ao ministro dos Negócios Estrangeiros, transmitindo, cerca de um mês e meio depois da criação da Comissão de Estatística, o pedido desta para ter acesso a quaisquer papéis, mapas, cartas e memórias que se achassem naquela secretaria de Estado e que tivessem relação com os trabalhos da comissão. Esse Aviso, na verdade, decorreu de uma solicitação feita pelos próprios membros da comissão ao ministro dos Negócios do Império, em 29 de dezembro de 1829, dirigida não só ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas a todas as secretarias de Estados, presidências das províncias e conselhos provinciais.

Ao longo do ano de 1830, várias destas instâncias comunicaram a recepção dos avisos e informaram que atenderiam ao pedido. Enquanto aguardavam, os membros da comissão trabalhavam com as informações encontradas nas secretarias de Estado e outras repartições do governo imperial. O relatório da comissão de 28 de fevereiro de 1831, assinado pelo diretor interino, Raimundo José da Cunha Matos, enviado ao ministro dos Negócios do Império, afirmava que a comissão não tinha ainda alcançado seus propósitos e ressaltava o pequeno volume de informações no material obtido das repartições do governo imperial, bem como a quantidade insuficiente de dados enviados pelas presidências das províncias. Contudo, a pesquisa até aqui executada não encontrou resposta alguma àqueles avisos, nem outras informações sobre a comissão e tampouco foi localizado o material mencionado no relatório, fato que aponta para a enorme dificuldade que a comissão certamente enfrentava para intitucionalizar-se.

As solicitações em 1830 e 1831 para que fossem designados profissionais especializados para auxiliar na coleta e organização dos dados também são indícios dos obstáculos com que a comissão se defrontava para a realização de seus trabalhos (BOTELHO, 1998:25-26). Reconhecendo que, sem tais pessoas, não poderia avançar em seus objetivos, a comissão propôs ao governo a nomeação de alguns oficiais militares que pudessem auxiliá-la nas observações, descrições corográficas, enfim, na coletas

³ BRASIL. Aviso de 14/01/1830, do ministro dos Negócios do Império ao ministro dos Negócios Estrangeiros. AHI 300 02 13 – Parte I – Avisos recebidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Ministério dos Negócios do Império.

de dados nas províncias, e solicitou os auxílios necessários para a manutenção de amanuenses hábeis e para a impressão de boletins mensais de estatística na Tipografia Nacional ou em outra qualquer (BOTELHO, 1998: 26); mas as solicitações não encontraram resposta por parte do governo imperial. Assim, em agosto de 1831, encerraram-se temporariamente as atividades da comissão, com a dispersão de seus membros⁴. Joaquim de Oliveira Álvares já havia se retirado há mais tempo; o então diretor interino, Raimundo José da Cunha Matos tinha saído do país; Conrado Jacob Niemeyer estava envolvido em tribunais de guerra, acusado e processado por arbitrariedades cometidas e perturbação da ordem pública, portanto, impedido de participar da comissão; José Maria da Silva Bittencourt foi deslocado para outro emprego, no governo; restou apenas José Saturnino da Costa Pereira, que solicitava de maneira insistente instruções sobre como agir com o material que tinha em seu poder.

O trabalho da comissão não se desenvolveu porque esbarrava nas próprias limitações da comissão, que conseguiu, tão-somente, estabelecer princípios, normas e regras de quase nenhuma execução, menos ainda de forma contínua e sistemática (SENRA, 2006: 93). Acrescente-se ainda o fato de que o Império vivia um momento de crise, com a dissolução, em 4 de dezembro de 1829, do gabinete de 20 de novembro de 1827, responsável pela criação da Comissão de Estatística da Corte. E se, por um lado, a saída de seu diretor da função de ministro dos Negócios da Guerra, contribuiu para que comissão – com apenas dez dias quando da dissolução do gabinete – perdesse força política e enfraquecesse; por outro lado, não houve tempo suficiente para que se estabilizasse como instituição e reunisse com frequência seus membros, envolvidos em outras atividades. Além do mais, o curto período de existência da comissão, de um ano e oito meses (novembro de 1829 a agosto de 1831), foi insuficiente para produzir um volume considerável de trabalhos, tendo em vista as longas distâncias entre as províncias e a corte, a falta de indivíduos especializados para realizar os trabalhos estatísticos, as dificuldades financeiras e os graves problemas políticos que o país enfrentava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Comissão de Estatística da Corte foi resultado de um esforço de sistematização das tentativas desconexas e improdutivas de elaboração de trabalhos estatísticos ao longo do Primeiro Reinado; uma experiência efêmera, levando em consideração o curto espaço de tempo entre a sua criação e o encerramento de suas atividades, logo após a abdicação do Imperador d. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Seu aparecimento teve como ponto de partida os intensos debates ocorridos no Parlamento e as demandas de dados estatísticos que deles resultaram. Nesses debates, ficou clara a necessidade de estatísticas para o Império recém-fundado, principalmente para o fortalecimento de suas frágeis instituições – que ainda estavam sendo forjadas. Logo, a criação da Comissão de Estatística inseria-se no âmbito maior do projeto da elite política imperial de construção da nação brasileira. À estatística

⁴ Em outubro de 1833, o Ministério dos Negócios do Império tentou reorganizar a comissão novamente, mas, em novembro de 1834, ela foi dissolvida de maneira permanente.

caberia não só auxiliar na administração do Império, mas também criar uma imagem da nação, através dos números, tornando os confins mais remotos do território brasileiro conhecidos do poder central e, portanto, controláveis.

A Comissão de Estatística tinha a função, segundo seu decreto de criação, de organizar a estatística do Império, a fim de que, através de seu exato conhecimento, pudesse servir para os trabalhos da Assembleia Geral Legislativa e para os atos do Poder Executivo. Na verdade, a ausência de um censo populacional, dos recursos da nação e de sua riqueza, com dados confiáveis, incomodava os políticos do Império, pois, a imprecisão dos números dificultava o recolhimento de impostos, o recrutamento para o Exército, a elaboração de listas de votantes nas eleições, enfim, dificultava o próprio controle administrativo do Império.

O insucesso da comissão está vinculado a fatores já apontados, mas não se pode deixar de levar em conta as questões políticas que o Império enfrentou naquele momento. Seus membros certamente eram competentes e, até certo ponto, “especialistas”, mas as questões políticas que dissolveram o gabinete de que fazia parte o seu diretor, Joaquim Oliveira Álvares, e os sucessivos problemas que dificultavam o atendimento dos pedidos de envio de trabalhos estatísticos já existentes nas secretarias de Estado e nas presidências das províncias, contribuíram decisivamente para o fim da comissão. Outro fator importante foi a ausência de pessoal capacitado, tanto nas províncias quanto nas secretarias de Estado, para ajudar os membros da comissão a coligir e organizar os dados, bem como, o incipiente estado de organização burocrática em que as mesmas secretarias ainda se encontravam.

A Comissão de Estatística da Corte foi a primeira repartição específica – mesmo que de efêmera duração – criada dentro do Estado brasileiro com o único fim de coligir e organizar a estatística; pioneirismo que, em si, já a torna um objeto de estudo relevante, visto que outra instituição com igual propósito – a Sociedade Estatística do Brasil – só seria criada em 1855, sob os auspícios do segundo Imperador.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2005.

BOTELHO, Tarcísio. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado)- História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRASIL. *Anais do Senado do Império do Brasil: primeira sessão da primeira legislatura: 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1827b.

_____. *Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados: primeiro ano da primeira legislatura: sessão de 1826*. Rio de Janeiro: Imprensa Imperial, 1827a.

_____. Aviso de 14 de janeiro de 1830. AHI 300/02/13 – Parte I – Avisos recebidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Ministério dos Negócios do Império.

_____. *Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1830*. Rio de Janeiro: [s.n.], [1831?].

_____. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1826*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.

_____. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

CARVALHO, José Murilo de. *Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio Sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-315. Aula de 17 de março de 1976.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LITTRÉ, Émile. *Le dictionnaire de la langue français*. Disponível em: <<http://littre.reverso.net/dictionnaire-francais>>. Acesso em: 3 out. 2008.

SENRA, Nelson de Castro. *Informação estatística: política, regulação, coordenação*. Ci. Inf., Brasília, v. 28, n. 2, 1999. Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 7 out. 2008.

_____. *O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estaticistas com os Estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005.

_____. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2004.